



**Governo do Estado de São Paulo  
Controladoria Geral do Estado  
Centro de Recebimento e Tratamento de Manifestações**

**DESPACHO**

**Nº do Processo:** 009.00002063/2023-51

**Assunto:** Protocolo SIC.SP nº [REDACTED]

**SECRETARIA:** Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação

**UNIDADE:** Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" - CEETEPS

**EMENTA:** Pedido de certidão. Não conhecimento.

**DECISÃO CGE CODUSP/LAI Nº 00337/2023**

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" - CEETEPS, conforme consta do Protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta o órgão informou que deixou de atender a solicitação em virtude da existência de um pedido análogo já respondido. Em recurso o órgão informou que estava impossibilitado de responder o pedido em razão da sua generalidade. Insatisfeito, o solicitante apresentou o presente apelo revisional a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
3. Em análise ao caso concreto, constatou-se que a segunda instância recursal já apreciou um pedido de expedição de certidão de autoria do requerente realizado recentemente, no Protocolo SIC.SP [REDACTED] onde concluiu-se que a solicitação de expedição de certidão baseada nas alegações expostas pelo requerente não se caracteriza como um pedido de acesso à informação.

4. Desta forma, o presente recurso não deverá ser conhecido ou ter seu mérito analisado, pois o requerente já recebeu uma resposta relativa à expedição de certidão, carecendo, portanto, de motivação e do pressuposto recursal da negativa de acesso, conforme previsto no artigo 20, caput, do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, com redação alterada pelo artigo 31 do Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015, com alterações posteriores.
5. Assim, considerando que o solicitante já recebeu a informação que originou o presente recurso em outro pedido de sua autoria, **não conheço do recurso**, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012, com redação dada pelo Decreto nº 61.175/2015, alterado pelo Decreto 66.850/2022.
6. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 06 de outubro de 2023.

**Valmir Gomes Dias**

Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Serviço Público --  
Coordenador



Documento assinado eletronicamente por **Valmir Gomes Dias**, **Coordenador de Ouvidoria de Defesa do Usuário do Serviço Público**, em 06/10/2023, às 17:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site